

1 CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
2 OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
3 ATA DA 75ª REUNIÃO
4

5 Data: 19 e 20 de outubro de 2009.

6 Local: Sala T-13 do Ed. Marie Prendi Cruz, localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2 -
7 Brasília/DF

8
9 **REPRESENTANTES:**

- 10- Ministério da Integração Nacional: José Luiz de Souza
11 (jose.souza@integracao.gov.br)
12- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva-
13 (lmeneses@ana.gov.br)
14- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Roberto Monteiro-
15 (roberto.monteiro@mma.gov.br)
16- Ministério das Minas e Energia: Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
17- Conselhos Estaduais - PR/MT: Emilio Trevisan
18 (emiliotrevisan@suderhsa.pr.gov.br)
19- Conselhos Estaduais - MG/ES: Marília Carvalho de Melo
20 (marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br)
21- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Célia Regina Buono Palis Poeta
22 (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
23- Conselhos Estaduais - DF/GO: ausente
24- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva
25 (luiz.pinheiro@inga.ba.gov.br)
26- Conselhos Estaduais – AL/RN: Joana Darc Freire de Medeiros
27 (joanadarc.medeiros@gmail.com)
28- Conselhos Estaduais – PE/PB: Hélio Oliveira André
29 (helio.andre@srh.pe.gov.br)
30- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento
31 Sanitário: Pedro Luis Franco (pedrolpf@sanepar.com.br)
32- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Oscar Brás Berreta Pion
33 (pion@emae.sp.gov.br)
34- Indústria: Luiz Cláudio C. Figueiredo (luiz.castro.figueiredo@vale.com)
35- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:
36 Sebastião Vainer Bosquilia (sbosquilia@sp.gov.br)
37- Organizações não Governamentais: Isabela Lopes Cançado
38 (isabela.cancado@gmail.com)
39- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda
40 (tania.miranda@lactec.org.br)

41
42 **DEMAIS PRESENTES:**

- 43- Eduardo Schlaepper Ribeiro Dantas (CEDAE / RJ) –
44 (edudantasrj@hotmail.com)
45- Luciana de Paiva Luquez (CNA / DF) – (luciana.luquez@cna.org.br)
46- Nathália Araújo (ELABORE) – (nathalia.araujo@elabore.com.br)
47- Paulo César Cardoso Germano (CORSAN / RS) –
48 (paulo.germano@corsan.com.br)
49- Vânia Lúcia Rodrigues (SABESP) – (vaniarodrigues@sabesp.com.br)

50
51 **RELATORIA CTPOAR:**

52 Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

53

54 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

55 Às 09h58 do dia 19 de outubro de dois mil e nove, procedeu-se à abertura da 75ª
56 Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e
57 Ações Reguladoras – CTPOAR, pela Sra. Célia Poeta, representante dos CERH/SP,
58 indicada pela atual presidente, Sra. Leila Carvalho Gomes, para presidir essa reunião,
59 devido a impossibilidade de participação. [Item 2 – Aprovação da Ata da 73ª reunião da](#)
60 [CTPOAR](#). A ata foi aprovada após serem apresentadas sugestões de alterações. [Item 3 -](#)
61 [Continuação da análise dos temas \(1 e 2\) priorizados pelo Plenário do CNRH para a](#)
62 [CTPOAR/2009](#). Para iniciar a discussão foi lido trecho da ata da 74ª Reunião da
63 CTPOAR, cujo tema foi discutido com a presença do Diretor de Recursos Hídricos do
64 MMA. Discutiram a competência da CTPOAR para tratar desse assunto, bem como de
65 elaborar um pacto, contendo metas, para a implementação desses instrumentos. Contudo
66 lembraram que o pacto, juntamente com as metas, seria uma das atribuições da ANA.
67 Foi comentado sobre a necessidade de uma resolução que tratasse de cadastro,
68 considerando experiências, como a do Estado da BA que iniciou seu cadastro sem uma
69 metodologia, portanto deveriam ser construídos o cadastro e o Sistema de Informações
70 de Recursos Hídricos em conjunto. Essa proposta poderia apresentar a forma de como
71 fazer um cadastramento, passível de ser migrado para o CNARH, bem como as
72 diretrizes gerais, não devendo apresentar um modelo pronto. Para iniciar o pacto e o
73 alcance das metas deveria ser elaborado um cronograma dos estados para adesão ao Pré-
74 CNARH. [Item 4 – Continuação da discussão sobre diretrizes gerais para elaboração de](#)
75 [um plano de emergência e contingência, para barragens, considerando as condicionantes](#)
76 [apresentadas nos atos de outorga. Item 4.1 – Análise do substitutivo do PL n 1.181, de](#)
77 [2003](#). Foi questionada a atribuição da CTPOAR para tratar desse PL, principalmente
78 junto a demanda apresentada que seria a elaboração de uma proposta de resolução sobre
79 diretrizes para elaboração de um plano de emergência e contingência, para barragens,
80 considerando as condicionantes apresentadas nos atos de outorga, pois a CT estaria
81 assumindo algo a mais. Foi lembrado que em 2005 o CNRH aprovou a Moção nº 32,
82 que apresentava um substitutivo ao PL que já teria a forma que estava sendo
83 apresentada. Contudo, acordaram pela leitura, considerando a ampliação das
84 competências dos órgãos gestores, sendo que os representantes desses mostraram suas
85 preocupações. Sugeriram que os membros da CTPOAR, por intermédio de seus
86 conselheiros apresentassem manifestação para a melhoria do texto na reunião Plenária
87 do CNRH, principalmente pelo PL não prever formas de fortalecimento desses órgãos.
88 Quanto as competências previstas e relativas às atividades de segurança de barragens
89 para os órgãos gestores de recursos hídricos ponderaram se não se adequaria melhor
90 dentro das atividades do licenciamento ambiental. Nesse momento foi esclarecido que o
91 licenciamento ambiental não acompanharia as etapas de construção. Ainda ponderaram
92 sobre a responsabilidade dos órgãos de classe quanto à inspeção das obras.
93 Questionaram então qual seria o ente mais adequado para esse tipo de fiscalização,
94 órgãos de meio ambiente, ou órgãos de recursos hídricos ou órgãos de classe e a sua
95 indicação no texto da lei, contudo ressaltaram a importância dessa definição em Lei e
96 não em um Decreto. Lembraram que para os órgãos gestores de recursos hídricos
97 caberiam a “fiscalização” quanto ao regime hidrológico do corpo de água que possui a
98 barragem. Comentaram que o PL não deixava clara a aprovação do projeto de segurança
99 de barragens, mas que deveria constar no PL essa atribuição. Ainda comentaram sobre o
100 detalhamento existente no texto que seriam aspectos de decreto ou mesmo de resolução
101 do Conselho. Mencionaram as competências e o envolvimento da defesa civil nesse
102 tema e sobre o engessamento colocado na forma do texto do PL. Leram a Lei nº 9.433,

103de 1997 e observaram a inexistência de possibilidades para a realização de atividades
104pelos gestores de Recursos Hídricos referentes a segurança de barragens. Então
105questionaram as competências sobre a segurança de barragens colocada para o CNRH, o
106que descaracterizava esse órgão, bem como a ANA. Ponderaram sobre a forma de
107interferir no processo de aprovação da matéria no senado federal e diante de todas as
108dúvidas colocadas acenaram pela necessidade de seus conselheiros solicitarem prazo
109para encaminhamento de sugestões para o relator da matéria. As discussões foram
110concentradas no conteúdo dos artigos 5º, 20 e 21. O intervalo de almoço aconteceu das
11113h15 às 14h47, horário que retomaram a reunião no item 5. [Item 5.2 - Continuação da](#)
112[elaboração da minuta de proposta de resolução que disporá sobre procedimentos gerais](#)
113[para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídrico para fins de](#)
114[diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água](#)
115[superficiais.](#) Iniciaram os trabalhos com a leitura do art. 5º, modificado na última
116reunião. Revisaram o caput do art. 5º para que não ocorresse o entendimento de direito
117adquirido para usuários não cadastrados e também analisaram as definições de vazão de
118referência. Quanto ao uso de termos técnicos e semântica ajustaram o uso da palavra
119assimilação devendo ser precedida da palavra carga e não parâmetro. Concentraram as
120discussões no parágrafo referente aos corpos de água intermitentes, devido ao cuidado
121que se deve ter para tratar o tema nesses ambientes. Mencionaram a realidade do setor
122de saneamento quanto a correlação dos custos e a eficiência dos tratamentos de
123efluentes e então comentaram sobre os tratamentos mais utilizados pelos estados, os
124novos financiamentos do setor, o relaxamento da eficiência diante dos recursos
125escassos, a insegurança legal e técnica do reuso do esgoto doméstico, as possibilidades
126do reuso agrícola, a criação de mercado para o reuso. Diante das discussões referentes a
127reuso acordaram pela elaboração de artigo específico sobre a alternativa que o reuso
128apresenta. Apontaram a possibilidade de união dos artigos 5º e 6º, e a necessidade de
129permanência do artigo 4º com o objetivo que possui. Foram apresentadas dúvidas
130quanto aos cálculos de vazão de diluição para lançamento de efluentes, no que tange a
131reserva de água para esse fim perante aos usos consuntivos, podendo existir a competição
132pelo uso, com a possibilidade de utilização de 100% da vazão de referência e a
133proximidade da foz. Foi concluída a leitura de todo o texto da proposta de resolução e
134para próxima reunião ficaram de apresentar texto de junção dos artigos 5º e 6º, definição
135de assimilação, nova redação para o artigo 8º e análise desse texto com a tabela
136comparativa das instruções normativas do PR, ES, MG, BA e ANA. [Item 7 – Assuntos](#)
137[Gerais.](#) Diante do adiantado da hora acordaram que os subitens 7.1 e 7.2 fossem
138analisados na próxima reunião, haja vista que durante todo o dia 20/10 a Câmara
139Técnica participaria da Oficina Vazões Ambientais no Contexto do SINGREH. A
140reunião foi encerrada às 18h30 quando foi ratificada a data de sua próxima reunião para
141os dias 26 e 27/11 a ser realizada em Campo Grande-MS. [Item 6 – Participação na](#)
142[Oficina Vazões Ambientais no Contexto do SINGREH.](#) O evento foi iniciado com uma
143contextualização, um breve histórico dos acontecimentos e discussões ocorridas nas
144oficinas anteriores que compõe esse ciclo de oficinas, momento que foi apresentada
145uma proposta de definição sobre vazão ambiental para ser apreciada durante o evento,
146sendo: *vazão necessária à conservação dos ecossistemas aquáticos e de seus benefícios*
147*para a sociedade, variável ao longo do ano hidrológico, a ser mantida nos trechos de*
148*curtos de água.* Na sequência foram apresentados os aspectos legais e institucionais
149existentes no Brasil sobre o tema, ocasião que o Sr. João Bosco Senra, comentou sobre
150os trabalhos desenvolvidos pela CTAP e CTPOAR e a existência de expectativa de que
151no âmbito do CNRH fosse trabalhada alguma proposta de resolução sobre a temática,
152dentro de suas competências. Houve apresentações sobre experiências internacionais
153referentes ao tema com discussões sobre a viabilidade de utilização no Brasil. Durante a

10
11
12

154oficina foi informado o interesse do CONAMA o que não ocorreu devido a uma
155plenária do próprio Conselho Nacional de Meio Ambiente ocorrida à época. A
156programação da Oficina, as palestras e a gravação do evento estão disponíveis no site
157<http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/>.

158 Ata aprovada na XXª reunião, realizada nos dias XX e XX de XXXXX de 2009.

159

Célia Regina Buono Palis Poeta
Presidente Substituta da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR

160